

**CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO ÀS ATIVIDADES NOTARIAIS
E DE REGISTRO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

DIREITO CIVIL

01 - A norma do parágrafo único do art. 1092 do Código Civil aqui transcrita - "Parágrafo único – A parte lesada pelo inadimplemento pode requerer a rescisão do contrato com perdas e danos" - tem a natureza de:

- (A) pacto comissório;
- (B) cláusula resolutiva tácita;
- (C) exceção do contrato não cumprido;
- (D) direito de retenção;
- (E) pacto de preempção.

02 - No contrato de compra e venda, a fixação do preço ao arbítrio exclusivo de uma das partes configura:

- (A) condição resolutiva;
- (B) condição suspensiva;
- (C) condição potestativa simples;
- (D) condição causal;
- (E) condição puramente potestativa.

03 - No constituto possessório:

- (A) transfere-se a posse direta da coisa;
- (B) transfere-se o domínio da coisa;
- (C) transfere-se a posse indireta da coisa;
- (D) consolida-se em uma mesma pessoa a qualidade de possuidor direto e proprietário da coisa;
- (E) caracteriza-se a imediata posse injusta da coisa.

04 - O testamento escrito e assinado pelo testador e entregue ao oficial público é:

- (A) cerrado;
- (B) público;
- (C) militar;
- (D) marítimo;
- (E) particular.

05 - O instrumento de aprovação é requisito essencial do testamento:

- (A) cerrado;
- (B) público;
- (C) militar;
- (D) marítimo;
- (E) particular.

06 - O registro da hipoteca convencional prorroga-se sem necessidade de novo título, pelo prazo máximo de até:

- (A) dez anos;
- (B) vinte anos;
- (C) trinta anos;
- (D) quarenta anos;
- (E) cinquenta anos.

07 - A evicção é elemento:

- (A) essencial do contrato oneroso;
- (B) natural do contrato oneroso;
- (C) acidental do contrato oneroso;
- (D) acidental do contrato gratuito;
- (E) essencial do contrato gratuito.

08 - A construtora **A**, em 01/03/1997, vendeu imóvel à pessoa física **B** pelo preço de R\$ 100.000,00 , para ser pago em cinquenta prestações mensais e sucessivas de R\$ 2.000,00. Estipulou-se, como cláusula penal, que a rescisão do contrato por mora de **B** ensejaria a perda de todas as prestações pagas. Como **B** só pagou as prestações devidas até 01/10/98, rescindiu-se o contrato e devolveu-se o imóvel a **A**. Essa cláusula penal é:

- (A) válida e eficaz;
- (B) válida e ineficaz;
- (C) inválida e eficaz;
- (D) inválida e ineficaz;
- (E) írrita, mas obriga os contratantes.

09 - **A** inclui em testamento público disposição no sentido de que a sociedade anônima da qual é acionista majoritário pague a **B**, com quem é casado pelo regime da separação de bens, uma pensão mensal correspondente a trinta salários-mínimos em substituição ao usufruto viudal que reputa indevido por ter sua mulher patrimônio próprio. Essa cláusula é:

- (A) válida, porque o usufruto é direito renunciável;
- (B) parcialmente nula no que diz respeito à obrigação imposta à sociedade mercantil;
- (C) parcialmente nula no que diz respeito à exclusão do direito da viúva ao usufruto;
- (D) válida porque as disposições de última vontade têm valor absoluto;
- (E) inteiramente nula pois não pode o testador instituir disposição contrária à lei.

10 - São documentos necessários à habilitação para casamento:

- (A) certidão de idade ou prova equivalente, título de eleitor, declaração de duas testemunhas afirmando a inexistência de impedimento que iniba o casamento;
- (B) certidão de idade ou prova equivalente, CPF, declaração de duas testemunhas afirmando a inexistência de impedimento que iniba o casamento;
- (C) certidão de idade ou prova equivalente, declaração de estado, domicílio e residência atual dos nubentes e de seus pais, declaração de duas testemunhas afirmando a inexistência de impedimento que iniba o casamento;
- (D) certidão de idade ou prova equivalente, certificado de reservista, declaração de duas testemunhas afirmando a inexistência de impedimento que iniba o casamento;
- (E) certidão de idade ou prova equivalente, carteira de trabalho, declaração de estado, domicílio e residência atual dos nubentes e de seus pais, se conhecidos.

11 – Em relação aos efeitos que as condições podem produzir, assinale a alternativa correta:

- A. as condições fisicamente impossíveis bem como as de fazer coisa possível invalidam o ato jurídico a elas subordinado;
- B. as condições fisicamente impossíveis bem como as de não fazer coisa impossível invalidam os atos jurídicos a elas subordinados;
- C. as condições juridicamente impossíveis têm-se por inexistentes;
- D. as condições fisicamente impossíveis bem como as de não fazer coisa impossível têm-se por inexistentes;
- E. considera-se condição a cláusula que subordina o efeito do ato jurídico a evento futuro e certo.

12 - Dá-se o empenhamento quando:

- A. os direitos reais são transmitidos por ato entre vivos;
- B. se atribui a outrem o direito real de fruir as utilidades e frutos de coisa alheia;
- C. se ajustar a vinculação de um imóvel ao pagamento de prestações de renda;
- D. um bem imóvel é oferecido como garantia do cumprimento de uma obrigação;
- E. o proprietário confere a outrem o domínio útil do imóvel, mediante o pagamento de uma pensão anual, certa e invariável.

13 - **A** compra um imóvel de **B**, para pagamento em parcelas, dando o bem em garantia hipotecária ao vendedor e registrando o título no registro de imóveis. **A** decide doar o bem que adquiriu.

Assinale a alternativa correta:

- A. em razão da hipoteca, direito real de garantia, o bem se tornou inalienável;
- B. para doar o bem, **A** deverá cancelar previamente a hipoteca;
- C. o devedor poderá alienar o bem hipotecado, recebendo-o o adquirente com o ônus hipotecário;

- D. a doação dependerá da anuência do credor hipotecário;
- E. a alienação dependerá da comprovação, por ocasião do ato notarial, do pagamento integral da dívida de **A**, incumbindo ao adquirente cancelar a hipoteca.

14 - Ao ser procurado por José, menor de 17 (dezesete) anos de idade, para que em suas notas fosse lavrado o seu testamento público, o tabelião:

- A. não o fará, por se tratar de pessoa relativamente incapaz;
- B. lavrará o testamento, pois a superveniência da capacidade validará o testamento do incapaz;
- C. exigirá, para a lavratura do testamento, que José se faça assistir por seus representantes legais;
- D. lavrará o testamento, portando por fé que todas as formalidades foram observadas;
- E. lavrará o testamento, observando as formalidades legais, dentre as quais duas leituras do testamento, uma pelo tabelião e outra por uma das testemunhas, designada pelo testador, fazendo-se de tudo circunstanciada menção no testamento.

15 - Segundo o disposto no art. 674 do Código Civil, são direitos reais:

- A. a propriedade, as servidões, a enfiteuse, a herança, o usufruto, a posse, o uso, a habitação, o penhor e a hipoteca;
- B. a propriedade, a enfiteuse, a posse, as rendas expressamente constituídas sobre imóveis, o penhor, a anticrese, a hipoteca e o mútuo;
- C. a propriedade, a posse, a enfiteuse, o usufruto, o uso, a habitação, a anticrese, a hipoteca e o usucapião;
- D. a propriedade, a enfiteuse, a hipoteca, o usufruto, a habitação, o uso, as rendas constituídas sobre imóveis, o penhor, a servidão, a anticrese.
- E. a propriedade, a enfiteuse, a hipoteca, o usufruto, a habitação e a locação.

16 - Renomado cantor, tendo sido contratado para uma apresentação, depois de receber o preço ajustado deixou de comparecer ao espetáculo por causa de forte gripe e rouquidão. Nesse caso:

- A. o cantor será obrigado a devolver o preço e a indenizar perdas e danos porque a mora é *ex re*;
- B. o cantor será obrigado a indenizar perdas e danos porque houve inadimplemento;
- C. o cantor será obrigado a devolver o preço porque houve força maior;
- D. o cantor não terá que indenizar nem que devolver o preço porque houve caso fortuito;
- E. as partes devem retornar ao estado anterior porque houve *mora solvendi*.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

17 - A concessão de suprimento de idade para o casamento de menor de dezesseis anos, ou de menor de dezoito anos, subordinados à jurisdição, compete aos Juizes de Direito, especialmente em:

- (A) matéria de família;
- (B) matéria de registro civil de pessoas naturais;
- (C) matéria cível;
- (D) matéria de órfãos, sucessões e provedoria;
- (E) matéria de menores.

18 - Quanto à intervenção de terceiros no processo:

- A. justifica-se para que a sentença possa afetar também os terceiros que ingressaram na relação processual, atingindo-os com a coisa julgada;
- B. a denunciação à lide é intervenção voluntária e não se constitui na formação de nova demanda;
- C. a oposição não é intervenção de terceiros;
- D. a atuação da curadoria especial é modalidade de intervenção de terceiros;
- E. a assistência simples é igual a litisconsorcial, nos efeitos e na intensidade da relação jurídica.

19 - Quando a sentença estiver em desconformidade com o pedido, pode-se afirmar que:

- A. sendo *ultra petita*, o Tribunal pode retificar e adequá-la ao que é correto;
- B. sendo *extra* e *citra petita*, o Tribunal pode retificar e adequá-la ao que é correto;
- C. sendo *ultra*, *extra* e *citra petita*, o Tribunal pode retificar e adequá-la ao que é correto;
- D. em nenhum caso o Tribunal pode retificar e adequá-la ao que é correto;
- E. só no caso de sentença *citra petita* o Tribunal pode retificar e adequá-la ao que é correto.

20 - O direito de retenção por benfeitoria na ação possessória deve ser arguido pelo réu:

- A. no processo de execução, em forma de embargos;
- B. como processo cautelar;

- C. no processo de conhecimento, antes da sentença do Juiz;
- D. quer no processo de conhecimento, quer no processo de execução;
- E. quer no processo cautelar, quer no processo de execução.

21 - Os embargos de declaração na sistemática do Código de Processo Civil vigente:

- A. suspendem o prazo para a interposição de outros recursos;
- B. têm caráter eminentemente infringente;
- C. são um incidente processual;
- D. interrompem o prazo para interposição de outros recursos;
- E. devem ser opostos no prazo de 10 (dez) dias em petição dirigida ao Juiz ou relator.

22 - O procedimento estabelecido pela Lei nº 9099/95 (Juizados Especiais) permite que:

- A. se faça a citação da pessoa jurídica por edital;
- B. o Juiz admita a denunciação da lide em certos casos;
- C. a ação de reparação de dano seja proposta no domicílio do autor;
- D. o menor de 18 (dezoito) anos seja autor, desde que regularmente representado;

(E) a sentença seja ilíquida.

23 - Em ação de reparação de dano decorrente de venda efetuada por quem não era proprietário e promovida contra o notário que lavrou a escritura, o lesado, a quem se reconheceu direito a gratuidade de justiça, requereu , com base no Código de Defesa do Consumidor, lhe fosse concedida a inversão do ônus da prova quanto à falsidade da documentação exibida pelo suposto vendedor. A pretensão é:

- A. indevida, pois a relação jurídica verificada entre as partes não é de consumo;
- B. incabível, porque os serviços notariais, como todo serviço público, não se sujeitam ao Código de Defesa do Consumidor;
- C. cabível, em se tratando de relação de consumo e em sendo hipossuficiente o consumidor;
- D. cabível, porém com base na responsabilidade objetiva do tabelião, já que inaplicável o Código de Defesa do Consumidor;
- E. incabível, porque não prevista no Código de Defesa do Consumidor.

DIREITO PENAL

24 - **A**, funcionário de um Banco, descobre a existência de uma conta de poupança inativa que, após o depósito inicial de vultosa importância, não mais foi movimentada, com o que, acrescido aquele dos rendimentos, o saldo atual alcançava apreciável soma. Consegue, então, com seu amigo **B**, escrevente de um Cartório, mediante pagamento, uma procuração forjada em nome do correntista em favor de **C**, seu primo, o qual saca os valores que se encontravam em depósito.

Com relação a **B**, pode-se afirmar:

- A. somente se lhe pode imputar a prática do crime de falsidade documental, por ele pessoalmente cometido;
- B. ser-lhe-á imputada a prática de crime de uso de documento falso, mas não o de estelionato;
- C. incidirá nas penas dos mesmos crimes imputados a **A** e **C**;
- D. ser-lhe-á imputada a prática dos mesmos crimes atribuídos a **A** mas não dos cometidos por **C**;
- E. por não ter participado do crime cometido por **A**, nenhuma sanção lhe poderá ser imposta.

25 - **A**, ao lavrar uma escritura pública de compra e venda, nela insere a afirmação de que o comprador recolhera o imposto de transmissão incidente sobre a alienação do imóvel, sabendo, porém, que este, efetivamente, não o fizera. A conduta de **A**:

- A. configura o delito de sonegação fiscal;
- B. caracteriza crime de falsificação de documento público;
- C. tipifica a falsidade documental;
- D. caracteriza crime de falsidade ideológica;
- E. caracteriza o crime de falsificação de documento particular.

26 - O tabelião que, no exercício de função pública, reconhece como verdadeira firma que não o seja, pratica:

- A. crime de falsidade ideológica;
- B. apenas ilícito civil e administrativo;
- C. contravenção penal de falso reconhecimento de firma ou letra;
- D. apenas ilícito administrativo;

E. crime de falso reconhecimento de firma ou letra.

27 - Em relação ao crime de falso testemunho é correto afirmar que:

- A. não se trata de crime de mão própria;
- B. é sempre um delito comissivo;
- C. inexistente previsão de qualificadora caso praticado mediante suborno;
- D. não pode ser cometido através de autoria mediata;
- E. é crime de ação penal pública condicionada à representação.

28- Miguel assinou nota promissória em favor de Antônio. No dia do vencimento, porém, Miguel não paga a dívida. Sabendo que Antônio ajuizará execução por título extrajudicial, Miguel o procura e pede para verificar o documento. Antônio permite a vista a Miguel que, de inopino, mastiga a nota promissória, engolindo-a. O crime cometido foi:

- A. furto (art. 155 do Código Penal);
- B. dano (art. 163 do Código Penal);
- C. apropriação indébita (art. 168 do Código Penal);
- D. supressão de documento (art. 305 do Código Penal);
- E. subtração ou inutilização de livro ou documento (art. 337 do Código Penal).

DIREITO PROCESSUAL PENAL

29 - Caracterizam a ação penal pública:

- (A) oficialidade, indisponibilidade e obrigatoriedade;
- (B) sigilo, oficialidade e obrigatoriedade;
- (C) oficialidade, obrigatoriedade e disponibilidade;
- (D) facultatividade, disponibilidade e indivisibilidade;
- (E) obrigatoriedade, sigilo e indisponibilidade.

30 - Caracterizam a ação penal privada:

- (A) oficialidade, indisponibilidade e obrigatoriedade;
- (B) facultatividade, disponibilidade e indivisibilidade;
- (C) sigilo, disponibilidade e indivisibilidade;
- (D) facultatividade, sigilo e desistibilidade;
- (E) obrigatoriedade, disponibilidade e divisibilidade.

31 – Leia, com atenção, as afirmativas abaixo:

I) O cidadão somente pode ser preso quando em flagrante de delito ou por ordem da autoridade competente.

II) Ninguém pode ser mantido preso se admissível a liberdade provisória.

III) É dever da autoridade judiciária o imediato relaxamento da prisão ilegal.

IV) A presunção de inocência, consagrada no texto da Constituição, impede a prisão do acusado antes da condenação definitiva.

Pode-se indicar como alternativa(s) correta(s) somente:

- (A) I;
- (B) I e II;
- (C) I, IV;
- (D) I, II e III;
- (E) II e III.

DIREITO ADMINISTRATIVO

32 - Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável:

- A. ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo;
- B. ficará em disponibilidade, com remuneração integral, até seu adequado aproveitamento em outro cargo;
- C. ficará em disponibilidade, com remuneração integral, até a restauração do cargo extinto;
- D. será aproveitado no cargo de classificação mais elevada do quadro ao qual pertencia;
- E. ficará em disponibilidade, com remuneração integral, até completar o prazo faltante à aposentadoria.

33 - O funcionário deixará de receber:

- A. 1/3 (um terço) do vencimento, durante o afastamento por motivo de suspensão preventiva, excluídas as vantagens pessoais;
 - B. 1/3 (um terço) do vencimento, durante o recolhimento à prisão por ordem judicial não decorrente de condenação definitiva, sem direito à percepção de vantagens pessoais;
 - C. 2/3 (dois terços) do vencimento e vantagens, durante o cumprimento, sem perda do cargo, de pena privativa de liberdade;
 - D. 2/3 (dois terços) do vencimento, durante o cumprimento, sem perda do cargo, de pena privativa de liberdade, excluídas as vantagens pessoais;
 - E. o vencimento do dia, se comparecer ao serviço após 60 (sessenta) minutos seguintes à hora inicial do expediente, não computadas as vantagens pessoais para efeito de desconto.
- 34** - A falta administrativa, também prevista como crime na lei penal, prescreverá:
- A. em 05 (cinco) anos, a contar da ciência da autoridade administrativa;
 - B. juntamente com o crime respectivo;
 - C. em 05 (cinco) anos, a contar da data do evento punível;
 - D. no mesmo prazo aplicável à pena de demissão;
 - E. no mesmo prazo aplicável à cassação de aposentadoria ou disponibilidade.
- 35** - A suspensão preventiva do funcionário público decorrente da instauração de processo administrativo disciplinar, por malversação ou alcance de dinheiro ou valores públicos ocorrerá:
- A. pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da instauração;
 - B. pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias, findos os quais cessarão automaticamente seus efeitos;
 - C. até a decisão final do respectivo processo administrativo disciplinar;
 - D. até decisão do respectivo processo penal no juízo competente;
 - E. pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias, a partir do momento em que a administração tem ciência do fato.
- 36** - A característica diferencial do contrato administrativo é:
- A. ser o mesmo atípico, oneroso e de adesão;
 - B. a obrigatoriedade de ser o contrato firmado somente entre entidades públicas;
 - C. o fato de ter a Administração liberdade ampla e informal de contratar;
 - D. ter a Administração a faculdade de inserir no contrato cláusulas exorbitantes;
 - E. ser seu objeto normalmente diferenciado do contrato privado.
- 37** - Entre as modalidades de procedimento licitatório, indique aquela que a legislação não prevê:
- (A) convite;
 - (B) tomada de preços;
 - (C) leilão;
 - (D) convênio;
 - (E) pregão.
- 38** - Administração estatal determina que proprietários de terrenos permitam a passagem de fios elétricos instalados em postes dentro de seus imóveis. No caso, ocorre a seguinte espécie de intervenção na propriedade:
- A. servidão administrativa;
 - B. desapropriação;
 - (C) limitação administrativa;
 - (D) permissão;
 - (E) concessão.
- 39** - Aponte, entre os atos administrativos abaixo, aquele que se classifica como enunciativo:
- (A) portaria;
 - (B) parecer;
 - (C) licença;
 - (D) autorização;
 - (E) ordem de serviço.
- 40** - Assinale a única hipótese expressamente prevista em lei para reversão:

- A. solicitação do servidor aposentado para retornar ao serviço público, ficando a critério da Administração acolher ou não;
- B. nomeação de servidor aposentado para ocupar cargo em comissão;
- C. aproveitamento de servidor em disponibilidade;
- D. reingresso do servidor demitido após reconhecida a ilegalidade da demissão;
- E. retorno do servidor aposentado por invalidez após constatado em laudo médico que desapareceram os motivos da aposentação.

41 - O domínio dos terrenos reservados pertence:

- (A) ao Município;
- (B) ao particular;
- (C) ao Estado;
- (D) à União;
- (E) à empresa pública.

42 - A responsabilidade civil da Administração Pública pela falta do serviço funda-se:

- A. no risco integral;
- B. no risco social;
- C. no risco criado;
- D. no risco administrativo;
- E. na culpa da administração.

DIREITO CONSTITUCIONAL

43 – Em relação à estruturação da República Federativa do Brasil:

- A. o Brasil adota como forma de governo o presidencialismo;
- B. a Federação é o sistema de governo previsto no texto constitucional;
- C. a Constituição não reconhece para os entes estatais o direito de secessão;
- D. a Constituição não permite que novos Territórios Federais sejam criados;
- E. o Distrito Federal, por não ser dotado de autonomia, não faz parte da Federação brasileira.

44 – A alternativa que NÃO reflete uma das cláusulas pétreas previstas expressamente na Constituição é:

- (A) forma Federativa de Estado;
- (B) separação entre os Poderes;
- (C) voto direto, secreto, universal e periódico;
- (D) normas relativas a ordem econômica;
- (E) direitos e garantias individuais.

45 - Com relação às normas constitucionais relativas aos servidores públicos, assinale a alternativa FALSA:

- A. a aposentadoria compulsória do servidor público, aos 70 (setenta) anos, será com proventos integrais;
- B. a Constituição não proíbe o acesso de estrangeiros aos cargos públicos;
- C. os atos de improbidade administrativa podem acarretar a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento do erário;
- D. é possível a realização de concurso público, para provimento de cargo público, com prazo de validade inferior a dois anos;
- E. o teto remuneratório no serviço público não se aplica aos empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista que não dependam de recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral.

46 - Assinale o cargo que NÃO é privativo do brasileiro nato:

- (A) Membro da carreira diplomática;
- (B) Oficial das Forças Armadas;
- (C) Ministro da Fazenda;
- (D) Presidente da Câmara dos Deputados;
- (E) Ministro de Estado da Defesa.

47 - Com relação às normas constitucionais relativas à organização dos Poderes, assinale a alternativa verdadeira:

- A. é possível a eleição do Presidente da República, pelo Congresso Nacional, se ficarem vagos os cargos de Presidente e Vice-Presidente nos dois últimos anos de mandato;
- B. o cargo de Presidente da República só poderá ser ocupado por brasileiro nato com mais de 30 (trinta) anos;
- C. o sistema eleitoral utilizado na eleição do Presidente da República é o proporcional;
- D. nos crimes de responsabilidade, o Presidente da República é julgado pela Câmara dos Deputados;
- E. a idade mínima, exigida na Constituição, para o ocupante do cargo de Ministro de Estado é de 30 (trinta) anos.

48 - Com relação ao Poder Legislativo é correto afirmar que:

- A. o Senado Federal é a casa legislativa onde estão os representantes do povo;
- B. a idade mínima para se ocupar o cargo de Deputado Federal é de 24 (vinte e quatro) anos;
- C. o número de Deputados Federais, eleitos por cada Estado, está vinculado à população, sendo o mínimo de 08 (oito) e o máximo de 70 (setenta) deputados;
- D. se for criado um Território Federal, ele poderá eleger três senadores;
- E. os Deputados Estaduais, nos crimes comuns, são julgados pelo Superior Tribunal de Justiça.

49 - Com relação aos Direitos Fundamentais, assinale a alternativa FALSA:

- A. somente haverá prisão civil por dívida nas hipóteses de inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e de infidelidade do depositário;
- B. o contraditório e a ampla defesa são princípios aplicados também para o processo administrativo;
- C. nenhum brasileiro, nato ou naturalizado, poderá ser extraditado;
- D. o estrangeiro não será extraditado por crime político ou de opinião;
- E. a publicidade dos atos processuais somente poderá ser restringida por lei quando o interesse social ou a defesa da intimidade exigirem.

DIREITO TRIBUTÁRIO

50 - Em razão da imunidade recíproca, é vedada a instituição de:

- A. taxa judiciária sobre a distribuição de ações propostas pela União, Estados, Municípios e suas autarquias;
- B. contribuição social sobre o lucro de empresas públicas e sociedades de economia mista;
- C. IPTU sobre imóvel próprio utilizado por fundação instituída e mantida pelo poder público na consecução das suas finalidades;
- D. ISS sobre obras de construção civil executadas por empreiteira contratada pela Administração Pública Direta;
- E. ICMS sobre a venda de energia elétrica aos Municípios para prestação do serviço de iluminação pública.

51 - Levando em consideração a competência e as limitações constitucionais à competência tributária dos Estados e Distrito Federal e dos Municípios, é constitucional o imposto instituído:

- A. pelos Estados e pelo Distrito Federal, sobre a permuta de bens imóveis;
- B. pelos Estados e pelo Distrito Federal, sobre a doação, com reserva de usufruto, de ações de uma sociedade anônima;
- C. pelos Municípios, sobre a incorporação de imóvel ao patrimônio de sociedade industrial, em integralização do capital social;
- D. pelos Municípios, sobre a transmissão da propriedade de bem imóvel deixado como legado;
- E. pelos Municípios, sobre a doação, com reserva de usufruto, de bem imóvel.

52 - Aplica-se retroativamente a lei tributária que:

- A. reduza a alíquota ou a base de cálculo de tributo ainda não recolhido;
- B. altere lei anterior, instituindo novas hipóteses de incidência;
- C. institua empréstimo compulsório para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de guerra externa ou sua iminência;
- D. deixe de definir como infração o ato não definitivamente julgado;
- E. conceda isenção, diferimento ou benefício fiscal.

53 - A responsabilidade por infrações da legislação tributária:

- A. independe da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato;
- B. é agravada sempre que da infração resultou falta de recolhimento de tributo;
- C. depende de prova de culpa ou dolo do agente ou responsável pelo ato;
- D. é excluída se da infração não resultou falta de recolhimento de tributo;
- E. pode ser relevada pela autoridade administrativa se, depois da lavratura do Auto de Infração, o agente promover o recolhimento do tributo devido.

54 - São princípios constitucionais que limitam o poder de tributar:

- A. princípios do duplo grau de jurisdição e da legalidade da tributação;
- B. princípios da igualdade tributária e do devido processo legal;
- C. princípios da anterioridade da lei tributária e da capacidade contributiva;
- D. princípios da vulnerabilidade do contribuinte e transparência máxima;

princípios da tributação confiscatória em caso de necessidade da administração e do duplo grau de jurisdição.

DIIREITO COMERCIAL

55 - O título de crédito só pode ser transmitido por:

- A. cessão de crédito;
- B. documento público;
- C. documento particular;
- D. documento público ou particular;
- E. endosso.

56 - Em relação ao aval e ao endosso, assinale a alternativa INCORRETA:

- A. o aval pode ser dado em branco ou em preto;
- B. o endosso só pode ser dado em preto;
- C. o endosso tem efeitos diferentes da cessão de crédito;
- D. o aval e o endosso servem como formas de garantia dos títulos de crédito;
- E. o aval sem anuência do cônjuge é válido.

57 - O protesto, após ter o Oficial notificado o devedor:

- A. é irreversível e deve ser tirado em 03 (três) dias, se o título não for pago em 24 (vinte e quatro) horas;
- B. é irreversível e deve ser tirado em 03 (três) dias, mesmo que o devedor apresente defesa;
- C. pode ser sustado a pedido do devedor por prazo não superior a 03 (três) dias;
- D. somente pode ser sustado se houver pagamento no prazo que for concedido pelo credor;
- E. deve ser tirado, se não for pago o título no prazo de 03 (três) dias.

58 - Diante do disposto no art. 28 da Lei 8078/90, deverá o Juiz desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando:

- (A) houver pedido do consumidor constante da petição inicial;
- B. a sociedade ré tiver mais de um sócio-gerente;
- C. o consumidor for considerado hipossuficiente;
- D. a pessoa jurídica fizer uso de propaganda enganosa;
- E. ocorrer inatividade da pessoa jurídica por má administração.

59 - O protesto cambial :

- A. é judicial;
- B. é extrajudicial;
- C. pode ser tanto judicial quanto extrajudicial, produzindo o mesmo efeito;
- D. é privativo das letras de câmbio e notas promissórias;
- E. somente é admissível nas falências.

60 - É correto afirmar que o cheque:

- A. pode ser garantido, no todo ou em parte, por aval;
- B. não admite aval;
- C. pode ser avalizado pelo sacado;
- D. admite aval em documento separado;
- E. equipara a obrigação do avalista à do emitente.

61 - O Tabelião pode recusar o protesto quando:

- A. o título estiver prescrito;
- B. a duplicata mercantil, sem aceite, não estiver acompanhada da prova da entrega da mercadoria ou da prestação de serviços;
- C. o título contiver a cláusula *não à ordem*;
- D. o cheque for apresentado antes da data indicada;
- E. o título for de dívida em moeda estrangeira

REGISTROS PÚBLICOS

62 - Dispõe a Lei Federal nº 6015/73, no art. 244, que as escrituras antenupciais serão averbadas no lugar da situação dos imóveis de propriedade do casal. Quando o regime de separação de bens for determinado por lei, a averbação:

- A. é desnecessária, pois se cuida de regime obrigatório;
- B. somente se fará a requerimento do Ministério Público, incumbido de zelar pela fiscalização e observância dessa providência;
- C. far-se-á nos termos do art. 244 da Lei Federal nº 6015/73, incumbindo ao Ministério Público zelar pela fiscalização e observância dessa providência;
- D. far-se-á *ex officio* pelo registrador;
- E. não é obrigatória, ficando a critério dos interessados.

63 - O princípio da continuidade no registro imobiliário importa:

- A. uma seqüência sucessiva de registros imobiliários, de modo que o atual deverá fundar-se no anterior;
- B. a indispensabilidade do registro para aquisição da propriedade imobiliária *inter vivos*;
- C. o registro em todas as comarcas, quando o bem se situar em várias delas;
- D. a imutabilidade do registro, que deve exprimir a realidade jurídica ou a verdade dos fatos;
- E. a prevalência do título prenotado anteriormente, pois a prenotação é prévio assentamento do título.

64 - João apresentou para registro um formal de partilha. Após examinar o título, o oficial do registro de imóveis verificou que João não recebeu qualquer bem na partilha e que não havia no título prova de pagamento do imposto de transmissão. Deve o oficial:

- A. registrar o formal de partilha, pois se trata de título judicial;
- B. suscitar dúvida ao juiz prolator da sentença que decidiu sobre a partilha, por não ter sido o registro provocado por um interessado e por faltar prova do recolhimento do tributo;
- C. formular exigência por escrito, para que seja comprovado o pagamento do imposto de transmissão;
- D. expedir ofício ao juiz que presidiu o processo, solicitando que informe sobre o pagamento do tributo;
- E. suscitar dúvida ao juiz competente para dirimi-la, de acordo com a lei estadual de organização judiciária, por faltar prova do recolhimento do tributo.

65 - Maria vendeu o mesmo imóvel para duas pessoas diversas, no mesmo dia. Nas escrituras foi lançada a hora da lavratura. Os compradores apresentaram os títulos no mesmo dia ao registro de imóveis. Deve o oficial:

- A. recusar o registro de qualquer dos títulos, pois Maria praticou ato ilícito;
- B. reconhecer, para efeito de prioridade de registro, o título prenotado no livro protocolo sob número de ordem mais baixo;
- C. suscitar dúvida ao juiz competente para dirimi-la;
- D. reconhecer, para efeito de prioridade de registro, a escritura que foi lavrada em primeiro lugar;
- E. reconhecer, para efeito de prioridade de registro, a escritura que foi lavrada em primeiro lugar, desde que prenotada sob número de ordem mais baixo.

66 - **A** comprou um imóvel rural com 30.000,00 m² (trinta mil metros quadrados), em janeiro de 1978, registrando o título no registro de imóveis em maio do mesmo ano. Em maio do corrente ano, **A** contratou profissional habilitado para medir o imóvel, tendo sido encontrada a área de 32.000,00 m² (trinta e dois mil metros quadrados). Considerando que o teor do registro não exprime a verdade, **A** requereu sua retificação, que:

- A. será feita desde logo pelo oficial, por se tratar de erro evidente, comprovado por planta elaborada por profissional habilitado;
 - B. se dará mediante despacho judicial, com citação obrigatória de todos os confrontantes e do alienante ou seus sucessores;
 - C. independerá de citação dos confrontantes se o Ministério Público, incumbido de zelar pela fiscalização dos registros públicos, apresentar parecer favorável ao requerimento;
 - D. por resultar em alteração da área do imóvel, se dará mediante despacho judicial, com citação obrigatória de todos os confrontantes;
 - E. será feita pelo oficial com a devida cautela, com citação obrigatória do alienante ou seus sucessores, e oitiva do Ministério Público.
- 67** - A Lei Federal nº 8935/94 permite que os notários e oficiais de registro contratem escreventes e auxiliares, como prepostos. Quanto aos prepostos, é correto afirmar que:
- A. o empregador deve encaminhar ao juízo competente o nome de todos;
 - B. o número de prepostos fica a critério do empregador, em razão de lhe caber o gerenciamento administrativo do serviço, mas subordinado ao limite máximo fixado pelo poder fiscalizador;
 - C. responderão civil e criminalmente pelos atos ilícitos que praticarem no exercício da função;
 - D. os substitutos poderão, simultaneamente com o notário ou o oficial de registro, praticar todos os atos que lhe sejam próprios;
 - E. responderão civilmente pelos atos que praticarem no exercício da função apenas quando agirem com dolo.
- 68** - Quanto ao cancelamento do registro do protesto, é correto afirmar que:
- A. tendo figurado apresentante por endosso-mandato, será suficiente a declaração de anuência do apresentante;
 - B. poderá ser requerido por qualquer interessado, mediante apresentação do original do documento protestado, que ficará arquivado;
 - C. na impossibilidade de apresentação do original do título protestado, será exigida a declaração de anuência daquele que figurou no registro de protesto como credor, com identificação e firma reconhecida;
 - D. será feito pelo tabelião ou por auxiliar autorizado;
 - E. independe do pagamento de emolumentos.
- 69** - Quanto a uma escritura de transmissão de domínio, é INCORRETO afirmar que:
- A. de sua lavratura deve ser remetida nota de distribuição em dez dias ao respectivo registro de distribuição;
 - B. é obrigatória a apresentação de certidão de feitos ajuizados fornecida pelo distribuidor da comarca em que o titular do domínio tenha domicílio, mesmo que este não coincida com o local da situação do imóvel objeto da escritura;
 - C. sendo o transmitente pessoa física ou jurídica, é indispensável a apresentação de prova de quitação com a Previdência Social;
 - D. em se tratando de imóvel urbano, o escrevente poderá consignar no ato exclusivamente o número da matrícula no registro de imóveis, sua localização, logradouro, número, bairro, cidade, estado e número de inscrição fiscal, quando a sua descrição e caracterização constarem de certidão do registro;
 - E. o escrevente indicará em moeda corrente o valor total dos emolumentos recebidos pela prática do ato e competente traslado, com os respectivos acréscimos, especificando tabela, número, inciso, nota, observações e demais elementos relevantes do regimento próprio.
- 70** - Quanto aos emolumentos, é INCORRETO afirmar que:
- A. nos atos cujos emolumentos foram isentados, ou que foi concedida gratuidade, em razão da condição de pobreza da parte, deve constar menção ou registro da mesma;
 - B. devem ser pagos antecipadamente para cumprimento de determinações judiciais destinadas a produzir atos notariais ou de registro;
 - C. poderá o registrador de imóveis suscitar dúvida ao juízo competente em 72 (setenta e duas) horas da apresentação do requerimento de gratuidade formulado pela Defensoria Pública, quanto ao referido benefício;

- D. é proibida a cobrança de qualquer despesa sobre eventuais praxes ou estilos forenses;
- E. havendo num único documento diversos atos a serem praticados, estes serão cobrados separadamente.

71 - Compete ao Juiz de Direito da Vara de Registros Públicos da Comarca da Capital:

- A. exercer todas as atribuições relativas ao registro civil;
- B. decidir as consultas feitas por tabeliães e oficiais do registro público;
- C. processar e julgar as retificações do registro civil de pessoas naturais;
- D. processar e julgar as ações reivindicatórias;
- E. processar e julgar as ações concernentes às doações antenupciais.

72 - Na apuração de falta grave imputada a Notário ou Oficial de Registro, se for necessário o afastamento do titular do serviço, poderá ele ser suspenso, preventivamente, pelo prazo de até:

- A. trinta dias;
- B. sessenta dias.
- C. noventa dias;
- D. cento e vinte dias;
- E. cento e oitenta dias.

73 - Apresentado título de segunda hipoteca com referência expressa à existência de outra anterior, o Oficial, depois de prenotá-lo, aguardará, durante trinta dias, que os interessados da primeira promovam a inscrição.

Esgotado o prazo, que correrá da data da prenotação, sem que seja apresentado o título anterior, ocorrerá que:

- A. o segundo título será inscrito e obterá preferência sobre aquele;
- B. o primeiro título ficará cancelado;
- C. o Oficial deverá levantar processo de dúvida para que o Juiz da Vara de Registros Públicos determine a preferência;
- D. o Oficial deverá notificar o primeiro credor para que apresente seu título;
- E. o Oficial só poderá registrar a segunda hipoteca após estar registrada a primeira.

74 - Requerida a inscrição de imóvel rural no Registro Torrens, o Oficial protocolará e autuará o requerimento e documentos que o instruírem e verificará se o pedido se acha em termos de ser despachado.

Expedido o edital e feita a notificação das pessoas indicadas pelo representante, ouvido o Ministério Público, o Juiz decidirá.

Deve ser levado a registro o seguinte título:

- A. escritura pública feita em cartório de notas;
- B. carta de sentença;
- C. autorização judicial para que o requerimento seja aceito como documento hábil;
- D. alvará judicial;
- E. cópia da publicação do edital feita na imprensa oficial e local

75 - Constitui certidão em relatório aquela em que:

- A. o ato é reproduzido globalmente;
- B. apenas as indicações essenciais são fornecidas;
- C. os quesitos formulados pelo interessado são atendidos;
- D. o ato é reproduzido resumidamente;
- E. todos os atos que produzam quaisquer alterações na propriedade imobiliária são inseridos.

76 - O prazo para registro de nascimento é de:

- A. dez dias, ampliado até três meses para lugares distantes mais de 30 km da sede do cartório;
- B. cinco dias, ampliado até três meses para lugares distantes mais de 30 km da sede do cartório;
- C. trinta dias, ampliado até dois meses para lugares distantes mais de 30 km da sede do cartório;
- D. quinze dias, ampliado até três meses para lugares distantes mais de 30 km da sede do cartório;
- E. quinze dias, ampliado até dois meses para lugares distantes mais de 30 km da sede do cartório.

77 - Analise as hipóteses a seguir elencadas para alteração de prenome:

- I. em razão da assunção de cargo público;
- II. em razão de substituição por apelidos públicos notórios;

III. em razão de mudança do estado civil;

IV. em razão de adoção.

Estão corretas somente:

- A. I e II;
- B. I e III;
- C. I e IV;
- D. II e IV;
- E. III e IV.

78 - Em se tratando de serviços notariais, o atendimento ao público será feito pelo período de :

- A. 8 (oito) horas diárias;
- B. 6 (seis) horas diárias;
- C. 9 (nove) horas diárias;
- D. 8 (oito) horas diárias, descontando-se o expediente interno;
- E. 9 (nove) horas diárias, descontando-se o expediente interno.

79 - Os traslados e certidões de ato notarial, serão fornecidos:

- A. em 48 (quarenta e oito) horas, contados do pedido, sendo subscritos por Tabelião ou seu substituto;
- B. em 24 (vinte e quatro) horas, contados do pedido, sendo subscritos pelo Tabelião;
- C. em 36 (trinta e seis) horas, contados do pedido, sendo subscritos por Tabelião ou seu substituto;
- D. em 24 (vinte e quatro) horas, contados do pedido sendo subscrito pelo Tabelião ou seu substituto;
- E. em 72 (setenta e duas) horas, contados do pedido, sendo subscritos pelo Tabelião ou seu substituto.

80 - As declarações de nascimento feitas após o decurso do prazo legal somente serão registradas mediante despacho do Juiz competente.

Será, entretanto, dispensado despacho do Juiz se:

- A. o registrando tiver menos de 12 (doze) anos;
- B. o registrando tiver menos de 14 (quatorze) anos;
- C. o registrando tiver menos de 16 (dezesseis) anos;
- D. o registrando tiver menos de 21 (vinte e um) anos;
- E. a parte for pobre.

GABARITO

Nº	Resposta	Nº	Resposta	Nº	Resposta	N	Resposta	Nº	Resposta
01	B	17	E	33	C	49	C	65	D
02	E	18	A	34	B	50	C	66	D
03	C	19	A	35	C	51	B	67	C
04	A	20	C	36	D	52	D	68	C
05	A	21	D	37	D	53	A	69	C
06	C	22	C	38	A	54	C	70	A
07	B	23	C	39	B	55	E	71	B
08	D	24	C	40	E	56	B	72	D
09	E	25	D	41	D	57	E	73	A
10	C	26	E	42	E	58	E	74	B
11	D	27	D	43	C	59	B	75	C
12	E	28	D	44	D	60	A	76	D
13	C	29	A	45	A	61	B	77	D
14	D	30	B	46	C	62	C	78	B
15	D	31	E	47	A	63	A	79	E
16	C	32	A	48	C	64	C	80	A

Prova Teórica

João da Praia morreu em 18/04/89, deixando em seu acervo hereditário o imóvel da rua Projetada, nº X, no bairro Y. Em 28/06/90, o único herdeiro de João, seu filho Benedito da Praia, através de escritura pública lavrada no Cartório do 1º Ofício de Notas da Comarca de São João do Meriti, cedeu a Carlos Silva e s/mulher seus direitos hereditários sobre o referido imóvel. Os cessionários, todavia, não conseguiram registrar a cessão porque no R.G.I. já estava registrada uma escritura de compra e venda, datada de 20/09/89, outorgada por João da Praia em favor de Délio Brito, lavrada no cartório do 20º Ofício de Notas da Capital, que, por sua vez, vendeu o referido imóvel a Élvio da Silva.

Alegando falsidade da primeira escritura de compra e venda, de vez que lavrada oito meses após a morte do pretendo vendedor (João da Praia), Carlos Silva e s/mulher moveram ação declaratória de nulidade de escritura, cumulada com cancelamento dos registros no R.G.I., reivindicação do imóvel e indenização por perdas e danos contra Délio Brito, Élvio da Silva e o Tabelião Mário Pereira, titular do 20º Ofício de Notas, perante o juízo da 5ª Vara Cível da Capital.

Délio Brito, citado por edital, eis que em lugar incerto, não contestou a ação; Élvio da Silva alegou na contestação boa fé, porquanto ao comprar o imóvel encontrava-se ele regularmente registrado. O Tabelião Mário Pereira, embora citado pessoalmente, contestou a ação em nome do Cartório de 20º Ofício de Notas, requerendo, ainda, a denúncia da lide ao Estado do Rio de Janeiro.

Em face do exposto, responda fundamentadamente às questões de números 1 a 5:

Questão 1: É cabível a acumulação de todos os pedidos formulados pelos autores da ação? (5 pontos)

Questão 2: É cabível a denúncia da lide ao Estado feita pelo Tabelião? (10 pontos)

Questão 3: Quem deve integrar a lide – o Tabelião Mario Pereira, o cartório do 20º Ofício ou ambos? (5 pontos)

Questão 4: Analise a responsabilidade do Estado no caso e do Tabelião (ou Cartório). (20 pontos)

Questão 5: Em face da divergência existente entre as Leis nº 8.935/94 e 9.492/97 no que diz respeito à responsabilidade dos Notários e Tabeliães de Protesto de Títulos, qual deve prevalecer? (20 pontos)

A, casado pelo regime da comunhão de bens com **B**, teve de seu casal quatro filhos, três dos quais, por sua vez, se casaram também pelo regime comum, sendo certo haver alguma dificuldade de relacionamento entre os genros e nora com a sogra. Preocupado, pois, com o futuro de **B** no caso de sua morte, **A** resolve fazer um testamento em que institui **B** herdeira testamentária da parte disponível, grava a legítima dos filhos com cláusula de incomunicabilidade vitalícia e com cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade temporárias, enquanto **B** for viva e, por fim, institui usufruto vitalício de **B** sobre a legítima dos filhos.

Supondo que você seja o tabelião e tenha sido procurado para proceder ao testamento, responda fundamentadamente, no caderno de respostas, às questões de números 6 a 8:

Questão 6: Poderia o testador nomear a esposa como sua herdeira testamentária? (10 pontos)

Questão 7: Poderia o testador onerar a legítima dos filhos? (10 pontos)

Questão 8: Seria possível ao testador instituir usufruto da meeira sobre a legítima dos herdeiros necessários? (20 pontos)